

**MATRIZ DA PROVA DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA
 ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 357/2007, DE 29 DE OUTUBRO**

(Duração da Prova: 90 minutos + 30 minutos de tolerância)

GEOGRAFIA A – 10º ano

(Cursos Científico-Humanísticos – Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março)

Unidades Temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos/Competências	Cotações
<p>TEMA 1</p> <p>A POPULAÇÃO: UTILIZADORA DE RECURSOS E ORGANIZADORA DE ESPAÇOS</p>	<p>1.1 A evolução da população:</p> <p>1.1.1 A evolução da população portuguesa na 2ª metade do século XX.</p> <p>1.1.2 As estruturas e comportamentos sociodemográficos.</p> <p>1.1.3 Os principais problemas sociodemográficos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a evolução da população portuguesa, na 2ª metade do século XX, com o comportamento das variáveis demográficas e com a mobilidade da população. • Explicar a evolução do comportamento das variáveis demográficas. • Caracterizar a estrutura etária da população portuguesa. • Explicar a desigual distribuição das variáveis demográficas em Portugal. • Equacionar as consequências dos principais problemas demográficos. 	<p>50 pontos</p>
<p>TEMA 2</p> <p>OS RECURSOS NATURAIS DE QUE A POPULAÇÃO DISPÕE: USOS, LIMITES E POTENCIALIDADES</p>	<p>2.1. Os recursos do subsolo:</p> <p>2.1.2. A exploração e distribuição dos recursos energéticos.</p> <p>2.1.3. Os problemas na exploração dos recursos do subsolo.</p> <p>2.1.4. Novas perspectivas de exploração e utilização dos recursos do subsolo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as desigualdades na distribuição e consumo de energia. • Relacionar as desigualdades no consumo de energia com os níveis de desenvolvimento das regiões. • Explicar a dependência de Portugal relativamente aos recursos energéticos. Reconhecer a necessidade de valorizar os recursos endógenos. • Equacionar as implicações financeiras e ambientais da produção/utilização de energias renováveis. 	<p>50 pontos (Dois itens 2.1 ou 2.2 em alternativa, sendo obrigatória a resposta a um deles)</p>

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa

Unidades Temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos/Competências	Cotações
	<p>2.2. Radiação solar:</p> <p>2.2.1 A variabilidade da radiação solar em Portugal.</p> <p>2.2.3 A valorização da radiação solar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a variação da radiação solar com o movimento de translação da Terra. • Explicar o papel da atmosfera na variação da radiação solar. • Explicar os efeitos da topografia na radiação solar. • Reconhecer a importância da duração da insolação na valorização turística do território nacional. 	
	<p>2.3 Recursos Hídricos:</p> <p>2.2.3 A especificidade do clima português.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a circulação geral da atmosfera na zona temperada do hemisfério Norte. • Relacionar a variabilidade da precipitação com a deslocação, em latitude, das cinturas de altas e baixas pressões. • Analisar as situações meteorológicas que mais frequentemente afectam o estado de tempo em Portugal. • Caracterizar o clima de Portugal Continental e Insular. 	<p>50 pontos</p> <p>(Dois itens 2.2.3 ou 2.3.1 em alternativa, sendo obrigatória a resposta a um deles)</p>
	<p>2.3.1 As disponibilidades hídricas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar as disponibilidades hídricas com a quantidade e o tipo de precipitação. • Caracterizar a rede hidrográfica. • Relacionar o regime dos cursos de água com a irregularidade da precipitação. • Conhecer os factores que interferem na variação de caudal de curso de água. 	

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa

Unidades Temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos/Competências	Cotações
	<p>2.4. Recursos marítimos:</p> <p>2.4.1 As potencialidades do litoral.</p> <p>2.4.3 A gestão do espaço marítimo.</p> <p>2.4.4 A rentabilização do litoral e dos recursos marítimos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a acção erosiva do mar na linha de costa. • Relacionar as disponibilidades de recursos piscatórios da ZEE com a extensão da plataforma continental e com as correntes marítimas. • Problematizar a aplicação da Política Comum de Pescas na actividade piscatória portuguesa. • Compreender que a existência da actividade piscatória induz o desenvolvimento de outras actividades. • Relacionar a extensão da ZEE com os problemas que se colocam à sua gestão e controlo. 	<p>50 pontos</p>
Total			200 pontos

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa

MATRIZ DA PROVA DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 357/2007, DE 29 DE OUTUBRO

(Duração da Prova: 90 minutos + 30 minutos de tolerância)

GEOGRAFIA A

10º Ano

(Cursos Científico-Humanísticos – Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março)

OBJECTO DA AVALIAÇÃO

- A prova tem por referência o Programa de **Geografia A** em vigor.
- A prova incide, exclusivamente sobre os conteúdos contidos na matriz e os conceitos estruturantes dos temas que integram o programa de Geografia A.
- A prova é composta por seis itens: dois de resposta obrigatória e quatro em alternativa (2.1 ou 2.2. e 2.2.3 ou 2.3.1), tendo o aluno que responder obrigatoriamente a um de cada grupo. Caso o aluno responda aos dois itens em alternativa, será apenas cotado o item ou questão cuja resposta for susceptível de maior pontuação.
- Todos os itens são introduzidos por mapas, quadros, esquemas ou textos relativos ao tema em análise.
- Todos os itens exigem a análise dos documentos apresentados.
- Em todos os itens 10% da cotação é atribuída à correcção linguística. O que pressupõe uma composição bem estruturada, com objectividade, poder de síntese, capacidade de análise e interpretação crítica, recorrendo a uma terminologia adequada à temática em abordagem, sem erros morfo-sintácticos, ou cuja gravidade não implique a perda de inteligibilidade e/ou rigor científico.
- Todas as páginas da prova estão numeradas.
- A prova termina com a palavra FIM.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

- A classificação da prova deve respeitar os critérios gerais e os específicos.
- Os critérios gerais orientam a análise de todas as respostas. Os critérios específicos encontram-se mencionados em cada item.
- As classificações a atribuir em cada item são obrigatoriamente expressas num número inteiro de pontos.
- No âmbito da aplicação dos critérios de avaliação, devem ser respeitados os aspectos e procedimentos abaixo indicados.

1. Aplicação dos critérios gerais relativos à disciplina de Geografia

- Todas as respostas devem ser analisadas, considerando os seguintes aspectos:

- Relevância da resposta relativamente à questão formulada;
- Forma como os mapas, quadros, esquemas ou textos são explorados, sendo valorizada a interpretação, a correcção na transcrição das informações e a sua pertinência como suporte de argumentos, sendo valorizada até 15% da cotação total da questão;
- Mobilização de informação circunscrita ao assunto em análise;
- Domínio da terminologia específica da disciplina.
- A resposta implausível ou irrelevante perante o solicitado no item e o estabelecido nos critérios específicos de classificação é pontuada com zero pontos.
- Se a resposta contiver elementos errados não solicitados, estes só serão tidos em conta se forem contraditórios com elementos correctos no mesmo item. Nesta eventualidade, os elementos correctos não são valorizados.

2. Aplicação dos critérios específicos relativos à disciplina de Geografia

- Os critérios específicos de classificação são definidos em função da prova a elaborar nas escolas mas devem estruturar-se tendo em atenção as competências enunciadas no programa de Geografia A.

